

## **CONTRATO N. 002/2021**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a CLARO S/A e a empresa PBH ATIVOS S/A.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-7, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **CLARO S/A**, estabelecida na Rua Henri Dunant, nº. 780, torres A e B, bairro Santo Amaro, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob nº. 40.432.544/0001-47, representada por seus procuradores, Vilma Celina da Silva, portadora do CPF n.: 047.802.446-09 e André Luiz Damascena, portador do CPF n.: 993.099.806-30, por força do instrumento público de mandato outorgado em 10/02/2021, traslado das fls. 303/305, livro 11.214, 9º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, Comarca de São Paulo/SP, com prazo de validade de 01 (um) ano, contados da data da assinatura, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, decorrente de participação no pregão eletrônico nº 053/2020, processo administrativo SMF/SUALOG: 01.079002.20.84, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 17.317/2020 e nº 15.113/13, com a Lei Federal nº 13.303/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, para atender demanda da PBH Ativos S/A, de acordo com as normas e regulamentos específicos, aplicáveis ao serviço, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as prestadoras dos serviços e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme anexos deste contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. O regime de execução deste contrato será empreitada por preço unitário.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR**

3.1. O presente contrato tem o valor estimado de R\$995,21 (novecentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos), sendo o valor estimado mensal de R\$41,47 (quarenta e um reais e quarenta e sete centavos).

### **CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO**

4.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº. 10.003, de 25 de novembro de 2010.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

- 5.1. O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos da Lei nº 13.303/2016.
- 5.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.
- 5.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

- 6.1. O contrato, se necessário, poderá ser atualizado monetariamente, observada(s) a(s) legislação(ões) pertinente(s) aos serviços de telefonia e portarias da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- 6.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

- 7.1. Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 7.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Implantar os serviços contratados em até 30 dias após a assinatura do contrato.
- 8.2. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado neste contrato e em seus anexos.
- 8.3. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 8.4. Providenciar a correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.
  - 8.4.1. A fiscalização exercida pelo Contratante destina-se a verificação do cumprimento das obrigações pactuadas e não implica na divisão de responsabilidades sobre os aspectos técnicos da prestação de serviço que são de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 8.5. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 8.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

- 8.7. Disponibilizar para ao Contratante, em formato Excel, e sem ônus, relatório consolidado de tráfego mensal, relativo às faturas enviadas ao Contratante, detalhado por terminal.
- 8.7.1. Entregar o relatório, em formato digital, em até 5 dias úteis antes do vencimento das faturas, em colunas distintas, para cada chamada efetuada pelos aparelhos da PBH, inclusive chamadas intragrupo, contendo as seguintes informações:
- Número de telefone de origem e destino;
  - Cidade/Estado/País de destino;
  - Descrição do serviço/ligação (Fixo, Móvel, LDN, Serviços Adicionais etc.);
  - Data / - Hora / Duração / Custo.
- 8.8. Assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por Órgão regulador e legislações afins.
- 8.9. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade, prestando os esclarecimentos necessários.
- 8.10. Manter preposto na região metropolitana de Belo Horizonte, com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários à execução dos serviços.
- 8.11. Manter atendimento corporativo personalizado durante o horário comercial (07:00 às 19:00 hs.) nos dias úteis.
- 8.12. Manter central de atendimento via DDG (Discagem Direta Gratuita) para os serviços, por período integral, a qualquer dia ou hora.
- 8.13. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o pessoal necessário à execução do contrato.
- 8.14. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais inerentes ao objeto.
- 8.15. Manter atualizados, durante toda a execução do contrato, os documentos apresentados para o registro no SUCAF.
- 8.16. Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 8.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93 / Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.
- 8.18. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante, em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação, através de consultor designado para o acompanhamento do contrato.

- 8.19. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços contratados.
- 8.20. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 8.21. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação do serviço.

### **CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço contratado.
- 9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 9.3. Pagar, na data de vencimento, as faturas apresentadas pela Contratada, correspondentes ao serviço prestado.
- 9.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 9.5. Rejeitar, no todo ou em partes, os serviços executados em desacordo com as exigências contratuais.
- 9.6. Exigir da Contratada a prestação dos serviços nas idênticas condições assumidas quando da celebração do contrato.
- 9.7. Assegurar-se da boa prestação e bom desempenho dos serviços contratados
- 9.8. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO**

- 10.1. O faturamento será mensal, devendo ser emitido no mês subsequente à prestação do serviço e ser entregue em local indicado pelo Contratante. O pagamento será efetuado pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças ou equivalente da entidade contratante.
- 10.2. A data de vencimento do documento fiscal não poderá ser inferior a 20 dias da data de entrega do mesmo.
- 10.3. No caso de contestação dos documentos fiscais a data de vencimento será contada:

- 10.3.1. A partir da resposta, no caso de improcedência da contestação;
- 10.3.2. A partir da entrega da 2ª via ao Contratante, no caso de procedência da contestação.
- 10.4. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas por terminal, podendo ser agrupado a critério do Contratante.
- 10.5. O documento fiscal deverá vir acompanhado do detalhamento do faturamento, em formato eletrônico, contendo: número de origem e de destino da chamada, duração da chamada, data/hora e custo da ligação, caso haja.
- 10.6. A Contratada deverá emitir o documento fiscal conforme legislação vigente.
- 10.7. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a primeira será devolvida e o pagamento suspenso até que a Contratada solucione os problemas identificados. Neste caso, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e apresentação do espelho da Fatura de Serviços com código de barras, sem quaisquer ônus para o Contratante.
- 10.7.1. A devolução do faturamento em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda ou interrompa a prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- 11.1.1. advertência.
- 11.1.2. multas nos seguintes percentuais:
- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
  - b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.
  - c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
  - d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

- e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

11.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela autoridade competente.

11.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento da fatura subsequente à sua aplicação e/ou da garantia contratual.

11.2.2. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.3. A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação será aplicada pela autoridade competente.

11.4. Na notificação de aplicação das penalidades previstas será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

11.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

11.7. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO/RESCISÃO**

12.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

12.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de a Contratada:

12.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

12.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

12.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;

- 12.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- 12.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
- 12.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, bem como outras legislações vigentes que impactam neste contrato;
- 12.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- 12.2.8. subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- 12.2.9. associar-se com outrem, bem como realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 12.2.10. nos casos em que a CONTRATADA estiver envolvida em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2012.

12.3. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA**

- 14.1. O presente contrato será garantido por meio de caução em dinheiro, no valor de R\$49,76 (quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, a ser recolhida obrigatoriamente no Banco do Brasil S/A (Banco 001) através da Conta 9190-1 agência 1615-2.
- 14.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 14.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.
- 14.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.



- 14.5. O Contratante poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.
- 14.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.
- 14.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.
- 14.7. Havendo necessidade de alteração da garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a pertinente adequação, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

- 15.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 15.1.1. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 15.1.2. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 15.1.3. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 15.1.4. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 15.1.4.1. A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.



- 15.1.5. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 15.1.5.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 15.1.5.1.1.A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 15.1.6. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 15.1.6.1.A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 15.1.6.2.A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
- 15.1.7. A Contratada fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 15.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 15.1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA MATRIZ DE RISCO**

Os riscos decorrentes do presente Contrato estão previstos na Matriz de Risco, sem prejuízo de outras previsões contratuais, conforme Anexo II.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 17.1. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, conforme previsto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 17.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 17.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.
- 17.4. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002 e demais normas aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS ANEXOS**

Vincula-se ao presente contrato o instrumento convocatório, bem como a proposta da Contratada, nos termos do art. 69, VIII, da Lei nº 13.303/2016 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

1. Anexo I – Projeto Básico;
2. Anexo II – Matriz de Risco.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município “DOM” correrá por conta e ônus do Contratante.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte,

Daniel Rodrigues Nogueira  
Diretoria de Negócios  
**PBH ATIVOS S/A**

Pedro Meneguetti  
Diretoria de Presidência  
**PBH ATIVOS S/A**

Vilma Celina da Silva André Luiz Damascena  
Procuradores  
**CLARO S/A**

### **Testemunhas:**

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

## ANEXO I PROJETO BÁSICO

Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades: Longa Distância Nacional - LDN (Intrarregional – Região 1 e Interregional) e Longa Distância Internacional - LDI, para atender demanda do Município de Belo Horizonte, de acordo com as normas e regulamentos específicos, aplicáveis ao serviço, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as prestadoras dos serviços e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrições constantes deste Projeto Básico.

Os serviços contratados serão distribuídos conforme tabela abaixo:

<b>PBHATIVOS</b>						
ITEM	DESCRIÇÃO	VOLUMETRIA		VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR 24 MESES
		MENSAL	24 MESES			
1	LDN Fixo / Fixo	690	8.280	R\$ 0,022	R\$ 15,18	R\$ 364,32
2	LDN Fixo / Móvel - VC2	25	300	R\$ 0,075	R\$ 1,88	R\$ 45,00
3	LDN Fixo / Móvel - VC3	38	456	R\$ 0,075	R\$ 2,85	R\$ 68,40
4	LDI - Países Grupo I	4	48	R\$ 0,058	R\$ 0,23	R\$ 5,57
5	LDI - Países Grupo II	4	48	R\$ 1,250	R\$ 5,00	R\$ 120,00
6	LDI - Países Grupo III	5	60	R\$ 1,250	R\$ 6,25	R\$ 150,00
7	LDI - Países Grupo IV	3	36	R\$ 0,560	R\$ 1,68	R\$ 40,32
8	LDI - Países Grupo V	1	12	R\$ 6,160	R\$ 6,16	R\$ 147,84
9	LDI - Países Grupo VI	1	12	R\$ 1,120	R\$ 1,12	R\$ 26,88
10	LDI - Países Grupo VII	1	12	R\$ 1,120	R\$ 1,12	R\$ 26,88
<b>VALOR GLOBAL MENSAL</b>					<b>R\$ 41,47</b>	
<b>VALOR GLOBAL 24 MESES</b>						<b>R\$ 995,21</b>

Grupo	Países
I	Estados Unidos
II	Europa
III	América do Sul, Norte e Central (exceto Cuba)
IV	Ásia, África, Oceania, Antártida (exceto São Tomé e Príncipe, Diego Garcia, Timor Leste e Ilhas Nauru)
V	Cuba
VI	São Tomé e Príncipe
VII	Diego Garcia, Timor Leste e Ilhas Nauru

## 2. DAS UNIDADES REQUISITANTES / RESPONSÁVEIS

2.1. Serão assinados contratos com as seguintes unidades:

PBH Ativos S.A. - PBHATIVOS  
CNPJ: 13.593.766/0001-79

### **3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

- 3.1.** Os serviços serão prestados em todos os telefones fixos do Município, cadastrados pelos CNPJs constantes no Item 2.1.

### **4. DA GESTÃO DAS LINHAS CONTRATADAS**

- 4.1.** Para acompanhamento dos gastos, a Contratada deverá disponibilizar mensalmente, base exportável em formato Excel ou csv, sem ônus ao Contratante, relatório consolidado de tráfego mensal, detalhado por terminal.

**4.1.1.** O relatório deverá ser entregue, em formato digital, em até 5 (cinco) dias úteis antes do vencimento das faturas.

**4.1.2.** O relatório deverá conter no mínimo as seguintes informações para os serviços: Telefone de origem, Telefone de destino, Cidade/Estado/País de destino, Serviço/ligação (Fixo, Móvel, LDN, LDI, Serviços Adicionais), Data, Horário, Duração/Volume (em caso de dados) e Custo.

**4.1.3.** O formato do arquivo do relatório, bem como o meio de envio do mesmo, poderão sofrer alterações desde que em comum acordo entre Contratada e Contratante.

### **5. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1.** O valor das tarifas dos serviços deverá também considerar todas as despesas diretas e indiretas, não previstas na planilha de composição de preço desse termo, dos quais a licitante julgar necessárias.

- 5.2.** A Contratada deverá possuir concessão ou autorização da ANATEL para prestação dos serviços contratados.

### **6. DA FISCALIZAÇÃO**

- 6.1.** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços contratados, o Contratante reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução desses serviços, não restringindo em nada a responsabilidade da Contratada.
- 6.2.** A execução dos serviços contratados será fiscalizada por equipe de servidores especificamente designada para essa finalidade pelo Contratante.

**ANEXO II**  
**MATRIZ DE RISCO**

MATRIZ DE RISCOS									
ID	RISCO	DESCRIÇÃO	EFEITO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CLASSIFICAÇÃO	ESTRATÉGIA	AÇÃO	RESPONSÁVEL
1	Contratada Falir	Extinção da Empresa durante vigência Contratual	Paralisação total da prestação dos serviços	Raro	Alto	Baixo	Mitigar os riscos	Contratação emergencial em paralelo com nova licitação. Análise de aplicação de penalidades por descumprimento do Contrato e Rescisão Contratual	Contratante
2	Indisponibilidade dos Serviços Prestados	Código da operadora indisponível para completar ligações	Impossibilidade de efetuar ligações de interesse	Raro	Alto	Alto	Mitigar os riscos	Caso o serviço prestado não resulte em benefícios para a Contratante, a Contratada deverá realizar alterações necessárias, na hipótese de rescisão Contratual.	Contratante